



**EQUIPA PROTOCOLO  
RSI**

**TRILHOS DE SUCESSO**  
**CASOS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

---

OUTUBRO 2013

## FICHA TÉCNICA

**Título:** Trilhos de Sucesso – Casos de Rendimento Social de Inserção

**Autor:** Equipa de Protocolo RSI Cáritas Diocesana de Coimbra

**Edição de texto:** Ana Leonor Duarte (Socióloga)

**Edição gráfica:** Sara Monteiro (Designer Gráfica)

**Aprovação:** Pe. Luís Costa

**Local da edição:** Coimbra

**Data da edição:** Outubro 2013

**Tiragem:** publicação digital

**Impressão:** \_\_\_\_\_

**Data de Impressão:** \_\_\_\_\_

## INTRODUÇÃO

O Rendimento Social de Inserção foi uma política social reformulada em 2003, que vem no seguimento da medida de proteção social anteriormente designada Rendimento Mínimo Garantido. A Lei 13/2003 de 21 de Maio, à semelhança da anterior, visa combater a pobreza e a exclusão social, assegurando as necessidades mínimas das famílias. A atribuição da prestação reside num acordo contratualizado entre o titular beneficiário e respetivo agregado e o sistema da Segurança Social, que é tido como uma participação dos próprios no seu processo de autonomização. Nesse sentido, o Rendimento Social de Inserção não é nem pode ser entendido como um subsídio, trata-se antes de um processo de ajuda transitória, que visa contrariar a dinâmica de exclusão, envolvendo e reforçando a capacidade dos beneficiários.

Tendo em conta que é uma medida inovadora, marcando uma nova era nas políticas sociais face ao tradicionalista assistencialismo, importa aqui definir, enquadrar e averiguar de que forma a medida está a ser aplicada por forma a concretizar o fim para o qual foi criada: impulsionar a efetiva integração dos beneficiários. Consequentemente é importante explicitar o conceito e de seguida entender os objetivos subjacentes ao mesmo.

*O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por:*

- *Um contrato de inserção para os ajudar a integrarem-se social e profissionalmente;*
- *Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. Disponível em URL: [www4.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao](http://www4.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao) - acedido em 10 de Outubro de 2013*

Relativamente aos objetivos, a medida aponta os seguintes:

- *Conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal*

- *Que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais*
- *Que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.*

Lei 13/2003

Nesta linha de pensamento, enquadrada na avaliação semestral da Equipa de Protocolo do Rendimento Social de Inserção da Cáritas Diocesana de Coimbra, foi realizada uma investigação aos agregados que concretizaram a sua autonomização social e profissional e como estes contribuíram para essa mesma inserção. Ao mesmo tempo, a Equipa analisou de que forma o Rendimento Social de Inserção ajudou nessa realização. Para isso foram realizadas oito entrevistas a beneficiários que trilharam o sucesso e estão integrados social e profissionalmente. As questões tinham como objetivo esclarecer como o Rendimento os ajudou na consecução da integração e qual o papel que a Equipa desempenhou no acompanhamento do processo. Para além disso analisou-se um pouco da sua trajetória de vida e quais os motivos que levaram ao requerimento. Foi abordada também a questão do estigma em relação aos beneficiários de RSI e quais as suas representações sociais relativas aos próprios.

O presente estudo pretende dar visibilidade aos princípios mais altruístas do Rendimento Social de Inserção, no sentido de colocarem os indivíduos e agregados em lugar de destaque na conquista da melhoria das suas condições de vida. Esta é uma medida que pretende ser inclusiva, não só prestando o apoio financeiro necessário à sobrevivência mas também pondo os utentes ao serviço do seu próprio processo de inclusão.

Devolver às pessoas a autonomia perdida por falta de recursos é o grande desafio das políticas sociais. É necessário, para além disso, estimular a vontade e a persistência dos que são apoiados, para que continuem a investir em si quando termina o apoio.

## HISTÓRIAS DE SUCESSO...

A recolha dos dados foi feita com base nas entrevistas prestadas por beneficiários integrados social e profissionalmente e que conseqüentemente se autonomizaram face à prestação. Facto curioso: sete são do sexo feminino entre os 30 e os 47 anos e há apenas um homem com 36 anos. Estes dados validam a premissa já mencionada em relatórios anteriores de que a titularidade é maioritariamente feminina e de que as mulheres têm uma maior capacidade de mobilização de recursos para assegurar as necessidades básicas da família. A caracterização académica dos entrevistados é muito homogénea, sendo que todas as mulheres entrevistadas possuem o 9º ano adquirido pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências.

*Na prática, o sistema de RVCC veio colmatar uma necessidade sentida pela população que não teve a oportunidade de frequentar o sistema de ensino aquando a idade própria e que, por conseguinte, se viu impossibilitada de adquirir um conjunto de competências que lhe garantisse a execução de plenos direitos de cidadania e uma situação de trabalho estável, entre outros. (Parente [coord], 2007: 92). Desta forma podemos identificar duas funções distintas no sistema: contribuir para o aumento dos níveis de qualificação formal da população ativa, bem como constituir uma segunda oportunidade de formação para aqueles que não frequentaram ou abandonaram precocemente os sistemas de educação e formação.*

Isto pode ser explicado se tivermos em linha de conta que o 9º ano de escolaridade é o nível mínimo de escolaridade exigido na maioria dos casos de oferta de emprego, inclusive os casos de empregos menos qualificados.

Todas se caracterizam por um abono escolar precoce em detrimento de uma integração no mercado de trabalho.

*Comecei a trabalhar aos 14 anos numa fábrica de confeção de camisas...(....)*

*Começou a trabalhar tão cedo porquê?*

*Olhe porque não queria estudar, fui burra... E agora, olhe, fiz o 9º ano... com esta idade... (risos) Não era que os meus pais não pudessem, eu é que não queria... Nem era uma questão de dinheiro, era mesmo que a mim a escola não me dizia nada.*

*E.V. - 47 anos*

É curioso observar que todos os entrevistados começaram a trabalhar na idade da adolescência e que só na vida adulta optaram por concluir a escolaridade obrigatória. Todos alegam falta de meios económicos para a continuação dos estudos e um fraco elo com a escola, isto é, um baixo investimento na escola como meio para atingir objetivos. Acima de tudo, assiste-se a uma vivência imediatista do dia-a-dia.

*Comecei a trabalhar com 14.*

*Em quê?*

*Na área de empregada doméstica... Em casa de senhoras.*

*E porquê é que foi trabalhar tão cedo?*

*Os meus pais... (risos)*

*Então?*

*Sai da escola já tarde....*

*Como assim?*

*Tinha 12, 13 anos...*

*E isso era tarde?*

*Para eles era... Como quem ia para o ciclo preparatório com 9, 10 anos, pronto, era esperto, era... Quem saía da escola depois dos 10, já era burro, já não valia a pena ir... continuar os estudos. Os meus pais eram assim. E além disso, os meus pais tinham aquela mentalidade... raparigas saem da escola vão trabalhar.*

*A.B. - 41 anos*

*Com que idade começou a trabalhar?*

*Com 11 anos. Em casa de senhoras.... A servir...(....)*

*E portanto desde dessa altura até ao ano em que requereu o Rendimento esteve sempre a trabalhar...*

*Sempre...*

H.B. - 39 anos

*Trabalha desde que idade?*

*Desde os 14 anos... Em cabeleireira.*

*Mas tinha formação?*

*Não. Mas naquele tempo as miúdas iam trabalhar... O meu pai queria pôr-me a estudar e eu não quis. Fiz birra, não quis, não quis... Quer dizer queria-me por a estudar com 10 anos. E ele disse-me: Assim que houver sítio onde tu vás trabalhar, vais trabalhar. Eu era malandra. (...)*

*Fez que ano?*

*Fiz só a 4ª classe. Depois fiz o 9º ano de noite. (...)*

*Aliás eu fiz o 6º ano do ensino preparatório de noite (...) Depois então o 9º ano foi num curso de formação.*

I.M. - 43 anos

Na realidade, os hábitos de trabalho são uma parte integrante e importante da rotina destes utentes entrevistados. Não conseguem conceber a sua vida sem a vertente profissional e estabelecem-na como prioridade. Para além disso existe uma efetiva mobilização de recursos na consecução deste objetivo. Por diversas vezes, durante o decorrer das entrevistas, ficou claro que todas se empenham de forma muito diligenciadora na conquista de um trabalho.

Falando da sua experiência profissional...

*O que aparecer é o que eu agarro. Eu sou pau para toda a colher...(...)*

*O que falhou em termos de Rendimento Social que a levou a ficar tanto tempo na medida?*

*Para mim o que falhou foi: uma pessoa vai bater à porta deste, vai bater à porta daquele e depois é porque... a senhora tem idade muito avançada, ou queremos pessoas mais novas ou a senhora tem habilitações a menos ou a senhora não tem o 12º ano.... (...)*

*O que é que mudou?*

*Então, foi eu ter arranjado trabalho. E Deus queira que eu lá fique...*

*Arranjou trabalho... E mais?*

*Então e as coisas agora estão a compor-se.*

*(...)*

*Porque é que foi importante para si conseguir trabalho?*

*Porque não sou mulher de estar parada e isto de estar aqui 24h fechada em casa... isto para mim é uma doença. Não sou nenhuma inválida...*

H.B. - 39 anos

*E na altura entrei em desespero - a beneficiária refere quando não conseguia pagar as despesas mensais.*

*Em que alternativas é que pensou?*

*Na altura não tinha, não via alternativas nenhuma... A única alternativa era procurar em tudo o que era sítio um trabalho... (...) Mas pronto, na altura eu estava em casa sem fazer nada e eu não posso estar em casa. Para mim é uma doença.*

I.M. - 43 anos

Não há qualquer dúvida em referir que o trabalho ocupa um papel central na vida dos indivíduos. O trabalho faz parte da natureza do Homem. Este sempre trabalhou para satisfazer as suas necessidades. Pelo trabalho o Homem espera obter autoestima,

progresso, poder e a satisfação das suas necessidades. É, portanto, um fator importante do tecido social da sociedade. Além da construção da identidade do indivíduo, o trabalho proporciona-lhe independência, quer financeira, quer material.

Segundo Paugam (2000), “o desenvolvimento de uma atividade profissional é condição determinante de integração social, na medida em que assegura segurança material e financeira, permite o estabelecimento de relações e vínculos sociais, organizações do tempo e do espaço e, por último, significa para o indivíduo possuir uma identidade” (Lousada, 2011: 48). Além da garantia de um rendimento, o trabalho permite ao indivíduo prosperar na sociedade onde vive.

Quando falamos do trabalho como fator fundamental para o processo de inserção do indivíduo na sociedade, torna-se necessário refletir sobre a situação do mercado de trabalho atual, onde as oportunidades de trabalho escasseiam. O indivíduo que não consiga integrar-se no mercado de trabalho num primeiro emprego ou o indivíduo que perca o seu posto de trabalho vê-se em situação de privação face a todos os seus projetos de vida. Esta atual e progressiva falta de oportunidades de trabalho coloca uma grande franja da população à margem da sociedade. Além da exclusão profissional, a ausência de um trabalho provoca a desestruturação da identidade do próprio indivíduo, começando pela quebra das relações e vínculos sociais que o mesmo detinha se tivesse uma oportunidade no mercado de trabalho.

O desemprego, sobretudo o de longa duração (aquele que se encontra em situação de desemprego por um período de mais de 12 meses), leva o indivíduo a desistir de um mercado de trabalho com possibilidades de emprego, à desvalorização de si próprio, à ideia negativa de tudo o que o rodeia, à perda de esperança, desmotivação, entre outros fatores que tendem a acentuar-se de acordo com a permanência na situação de desempregado, afetando não só o próprio indivíduo, como também todo o seu agregado.

*E.- Na altura o que considerava serem os seus principais problemas? Era o desemprego...*

*H. -Na altura era eu ter que tocar este barco aqui à frente e não ter remos para remar e os meus braços e as minhas mãos estavam a começar a ficar cansados...*

*E. - O que era não ter remos para remar?*

*H. - Era não ter verbas, ou ter dinheiro... as contas a chegarem pelo correio e elas acumuladas ali e eu olhava para ali e a minha cabeça a dar voltas a pensar onde é que eu vou buscar o dinheiro para pagar a luz, onde vou buscar o dinheiro para pagar água. (...) Mas eu nunca baixei os braços. Depois fiquei grávida, mas eu dizia: Olhe eu estou grávida, mas posso trabalhar... (...) Depois também tive aí uns problemazitos, entrei em depressão...*

*E.- Entrou em depressão porquê?*

*H.- Então eu via todas as portas a fecharem. Eu via as minhas filhas a dizer: Ó mãe eu quero isto, ó mãe eu quero aquilo e eu sem ter para lhe dar. Isso para mim é uma doença...porque não conseguia dar às minhas filhas aquilo que dei às minhas sobrinhas. Ou pouco ou muito, fiz delas (sobrinhas) umas mulheres. E isso para mim é uma revolta.*

H.B. - 39 anos

Esta problemática revela-se como fator primordial ao requerimento e todos os inquiridos apontam-na como motivo principal. Em todos os casos analisados depreende-se que a exclusão social tem como principal fator impulsionador a situação perante o trabalho. Importa aqui referir que após esta rutura profissional, por norma surgem outras problemáticas em espiral, às quais o indivíduo se vai apresentando numa situação cada vez mais vulnerável. O requerimento surge já como um pedido de ajuda em situação aguda de crise.

*E. - Na altura o que a levou a requerer?*

*M. - Ui... Na altura tínhamos vindo da Holanda, estávamos sem trabalho, eu grávida e tínhamos que recorrer a alguma coisa... tínhamos que ter maneira de ter alguma coisa...*

*E. - Com quem vivia?*

*M.- Com o meu companheiro.*

*E.- Estava grávida e os dois desempregados...*

*M.- Sim. (...) Vivíamos na casa do meu companheiro que é própria, mas não tínhamos dinheiro nem para comer. (...)*

*M. - 30 anos*

Não raras vezes os motivos para o requerimento associam-se ao facto de Rendimento poder ser um complemento aos baixos rendimentos da família.

*E.- O que na altura a levou a requerer o Rendimento Social de Inserção?*

*S.- Na altura ainda estava com o meu ex marido, e só trabalhava eu. E tinha os três filhos, né?*

*E.- Portanto, só havia um ordenado... Recorda-se quando ganhava?*

*S. - Ai foi sempre o salário mínimo.*

*E.- Mas os problemas principais...*

*S.- Não conseguia... Porque para pagar renda, água, luz, comida e a medicação do meu ex, não dava, né?*

*E.- Já tinha também a Maria. A Maria tinha paralisia cerebral. Quanto é que gastava mais ou menos em medicação com a Maria?*

*S.- O problema não era a medicação, o problema era os materiais que eu tinha que ter para tratar dela. (...) e o ex. marido tomava medicação para um enfisema pulmonar.*

*S.C. - 36 anos*

*I.- Eu quando estava em Miranda tinha dois empregos. Trabalhava numa clínica de oftalmologia que era do Dr. L. das oito da manhã às cinco da tarde. Saía da Clínica às cinco e ia pros correios fazer três horas em limpezas. (...) Só que entretanto a clínica abriu uma sucursal em Lisboa, então passou a ter ali só três dias e o resto do tempo em Lisboa. O Dr. Arranjou uma carrinha para os funcionários e nos dias em que se ia para Lisboa, eles transportavam. E fizeram-me uma proposta também... Só que eu por*

*causa da E. (filha com paralisia cerebral) não dava.... (...) E disse que não. Eles deram-me a carta pró desemprego. Eu tratei de tudo. Só que a Segurança Social, como eu tinha dois empregos, fazia descontos dos dois, apesar das três horas que eu fazia todos os dias, só recebia 150€ por mês... (...) como eu tinha aquele emprego das horas, não me deu o desemprego. Portanto, não tive direito a desemprego. (...) Fiquei sem emprego e sem desemprego. (...)*

I.M. - 43 anos

Deste modo o RSI é visto segundo 3 lógicas distintas: como mínimo de subsistência, garantindo os recursos económicos indispensáveis ao bem-estar individual; como um complemento aos rendimentos de trabalho, ou seja, o RSI surge como um importante reforço dos rendimentos familiares; ou como um mecanismo compensatório face a uma situação de inexistência de proteção social no desemprego. (Bouchoux *et al.*, 2004)

Relativamente ao contributo do RSI na sua progressiva autonomia, parece cumprir os objetivos a que se propõe. Em todas as entrevistas ficou claro que a prestação desempenhou um papel crucial no assegurar de necessidades básicas.

*C.R.- Por um lado ajudou-me em questões financeiras, a pagar as minhas coisas... Pronto, como a água, pronto, as despesas correntes do mês... Ajudou-me na educação dos meus filhos e deu-me autonomia. Tinha autonomia para ir procurar trabalho, para não estar dependente de uma prestação, né?*

C.R. - 33 anos

*M. - O Rendimento ajudou-me a ter o mínimo de condições.*

*E.- O que era o mínimo de condições?*

*M. - Desde... tudo... comida... nós não tínhamos nada. Absolutamente nada.*

M. - 30 anos

*H.-Ajudou-me a pagar as contas aqui em casa, ajudou-me a criar as minhas sobrinhas, ajudou-me... ajudou a família a estar mais desafogada... pronto, coisas básicas mesmo.*

H.B. - 39 anos

Esta política social, no curto prazo, procura satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, assumindo uma forma de prestação pecuniária e organizando uma série de instrumentos que facilitem, a esta população, a inserção laboral e social, tanto em termos individuais como familiares.

Apesar de ser uma população caracterizada por um certo carácter heterogéneo existe, de alguma forma, um conjunto de efeitos que tendem a ser comuns à maioria dos favorecidos pela medida Rendimento Social de Inserção. Destacamos então:

- O carácter regular e garantido: o facto de o R.S.I. se traduzir numa prestação de carácter regular e garantido, permite aos visados suportar encargos de compromissos fixos com os quais anteriormente não se poderiam comprometer ou, até em muitos casos, sequer conseguir suportar. Na maioria dos casos, este tipo de encargos refere-se a despesas de necessidades básicas e não a opções de consumo voluntárias. (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 33)

- Garantia de padrões mínimos de qualidade de vida: a prestação pecuniária em análise garante um rendimento para despesas com necessidades básicas o que, anteriormente, não acontecia. Efetivamente, o aumento do poder de compra implicado pela aferição do rendimento social de inserção permitiu a grande parte da população beneficiária organizar o seu quotidiano de uma forma mais independente, isto é, sem recurso à caridade, com todos os ganhos de autoestima que isto implica (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 33).

- Elevação pessoal e integração social: estes são aspetos que por vezes são descurados, uma vez que a prioridade se centra na garantia de padrões mínimos de sobrevivência. Assumem um carácter igualmente importante dadas as suas implicações a médio e

longo prazo. De facto, estes aspetos são cruciais naquela que pode ser considerada uma outra fase da vigência do processo, uma vez que estão garantidos os padrões mínimos de vida; o papel individual do beneficiário assume um carácter decisivo na condução do processo. Posto isto, é de inegável importância que, a certa altura, os indivíduos se mostrem capazes de se inserirem novamente na sociedade assumindo um papel ativo e interveniente em todos os processos inerentes. É aqui que aspetos como a motivação, o desenvolvimento das capacidades socioprofissionais, a dignidade pessoal, entre outros, servem de suporte para o sucesso da integração (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 34).

- Melhoria das condições habitacionais: o R.S.I. contribuiu, efetivamente, para a melhoria das condições habitacionais dos beneficiários, quer por via do pagamento da renda que a prestação proporciona, quer através do apoio à mudança para uma residência de melhores condições ou renda inferior (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 34).

- Melhoria das condições de educação, formação e inserção profissional: são os fatores de natureza social e psicológica os que mais incentivam os beneficiários a aderir à formação, que lhes permitem uma integração em grupos e assim colmatam o isolamento e solidão em que grande parte destes beneficiários de encontra. No entanto, a idade surge como um aspeto diferenciador no acesso ao mercado de trabalho; também o carácter jovem de alguns indivíduos atribui-lhes maiores capacidades de realização de percursos profissionais ascendentes, mesmo entre os titulares cuja situação de pobreza já se arrasta a algumas gerações. Importa ainda realçar que o Rendimento Social de Inserção produz um resultado bastante positivo nos indivíduos que se encontram numa situação de desemprego recente, o que vem de certa forma salientar a importância de uma intervenção atempada (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 34).

Segundo Albino Moutinho, Joana Machado e Luísa Felino (2006), estes são os principais aspetos a ter em linha de conta quando se pretende avaliar o impacto que a medida - Rendimento Social de Inserção - tem no comportamento dos beneficiários.

Analisando os benefícios que trouxe um acompanhamento feito por um Protocolo, concretamente a Equipa da Cáritas de Coimbra, os utentes entrevistados revelam um forte sentimento de apego, não ao serviço em si, mas às atitudes dos técnicos. Isto é, mencionam a disponibilidade, a compreensão, incentivo e reforço nas suas capacidades e potencialidades.

*A.B.- É assim, se eu hoje estou como estou, tranquila, com os meus filhos, foi graças à Equipa da Cáritas que me apoiou em tudo, em dar este passo. (saída de casa - vítima de violência doméstica).*

A.B. - 40 anos

O acompanhamento sistemático é outro fator a ter em conta no percurso de inserção.

*S.C.- Eu quando estava em Miranda, já tinha tido o Rendimento, mas esta foi a Equipa com quem tive mais contacto, porque eu em Miranda tinha pouco ou nenhum contacto com as assistentes sociais.*

S.C. - 36 anos

Para além disso, a questão pragmática, no que concerne aos encaminhamentos para formação ou para o Centro de Apoio Social para apoio no pagamento de dívidas de renda, água ou luz parece ganhar contornos extremamente positivos na sua (re)integração profissional e pessoal.

*C.R. -Ajudou a arranjar creche para o meu mais novo e depois no jardim-de-infância... A Dra. M. pediu na altura para o meu L. entrar com dois anos e meio em vez dos três... Ajudaram-me na altura com o A.T.L. do meu mais velho para eu estar a tirar o curso. Nisso não tenho razão de queixa. Sempre me ajudaram naquilo que eu via que tinha necessidade.*

C.R. - 33 anos

Ainda poderemos considerar uma possível necessidade de reconhecimento social quando os utentes estabelecem uma relação empática-afetiva com os técnicos. Na ausência de emissão de juízos de valor e de preconceitos, os beneficiários sentem-se aceites e acolhidos e permitem aos técnicos trabalhar mais abertamente e estabelecer uma relação de maior confiança. Esta torna-se numa mais-valia quando existe um compromisso assumido pelas partes que ultrapassa as ações acordadas baseada numa atitude de cooperação. Esta relação de proximidade ajuda a encontrar os fatores motivacionais internos, no sentido se sentirem valorizados pelas suas competências pessoais, o que potencia a mudança.

*E.V. - Ajudaram-me a pensar que ia ter dias melhores... Sempre dispostas a ouvirem-me...*

*E.- Mas como define a relação que estabeleceu com os técnicos da Equipa, e mais concretamente com a C.? (auxiliar de ação direta da Equipa)*

*E.V.- Ai, acho que tenho um ombro amigo.(...) Não faz mais porque não pode...*

E.V. - 47 anos

*Eu, por exemplo, em relação à Dra. T. e ao Dr. P. sinto que tenho uma relação muito próxima, porque são pessoas espetaculares, porque se preocupam connosco, com a casa, tudo isso. Eu sinto-me bem. E eu acho que as outras pessoas também se sentirão bem se perceberem que há uma preocupação efetiva, uma vontade de ajudar. Mesmo que tirem dinheiro, mesmo que reduzam, as pessoas vão perceber: opá esta senhora está comigo, ela está presente para me ajudar a resolver (...)*

N.C. - 36 anos

A relação de proximidade que se estabelece entre técnico - utente serve vários propósitos: proporciona um porto seguro para os beneficiários se revelarem a si próprios o mais inteiramente possível, para além de lhes oferecer a experiência de serem aceites e compreendidos e, para além disso, ensina aptidões sociais. É suposto haver sentimentos de respeito mútuo e consideração com intuito de poder potenciar o

autoconceito dos próprios. O autoconceito equivale à forma como a pessoa se percebe e avalia e é construído através de interpretações do ambiente em que o indivíduo se situa, pelos reforços e avaliações das pessoas significativas desse meio e pelas próprias atribuições que o indivíduo faz ao seu comportamento. Nesse caso, quando o seu comportamento é notado e valorizado o autoconceito está a ser reforçado o que exponencia o desempenho da pessoa. A sua construção é um momento interpessoal, pois é influenciado pelos pensamentos, sentimentos e ações do indivíduo, bem como pelos pensamentos, sentimentos e ações dos parceiros de interação social.

Assim sendo, a aposta é num desenvolvimento de uma relação de transparência e abertura, bem como de compreensão e acolhimento por parte do técnico que acompanha o processo. É certo que aqueles que trilharam o sucesso desenvolveram uma estreita relação com a Equipa, nomeadamente, técnico e educador/auxiliar que fazem o acompanhamento ao processo.

*E. - Porque é que é importante ter um bom atendimento na sua opinião?*

*H. - Porque é assim... eu na minha opinião... por exemplo se eu recorro a uma técnica é porque as coisas não estão bem. Eu não vou lá para ir lá vê-la ou não vou lá para estar a incomodá-la, né?(...) Se eu lá vou é porque as coisas estão a fugir fora do meu controlo e eu não estou a conseguir... é porque eu preciso de um conselho de alguém porque eu também estou a perder o fio à meada.*

H.B. - 39 anos

Quando questionados acerca da possibilidade de voltarem a requerer, todos os entrevistados encaram-na com naturalidade, não criando qualquer tipo de fantasma. Na realidade este tipo de utentes mantêm com os serviços uma relação pragmática, isto é, veem na prestação um direito a um subsídio e não um rendimento fixo. Segundo Paugam, quando define o processo de *Desqualificação social*, ou por outras palavras, quando define o processo evolutivo da pobreza, caracteriza três etapas. A primeira corresponde a uma situação de *fragilidade*, onde se enquadram os nossos preconizadores do sucesso. Esta fase caracteriza-se por uma situação de desemprego ou precaridade laboral em que as dificuldades económicas se vão agudizando e daí que

recorram aos serviços de uma forma utilitária, na tentativa de ultrapassar estas carências. Por norma têm uma atitude proativa na resolução da situação e encaram o trabalho como única forma de inserção e consideram os esquemas do Rendimento como algo positivo, almejando através do mesmo uma possível integração. Desta forma, os requerimentos são encarados como algo que poderá ajudá-los num tempo de crise familiar e não como algo que pretendem prolongar no tempo.

*M.- A única coisa em que pensava é que precisava de procurar trabalho, precisava de ser alguém. Não queria ficar ali naquele buraco...*

M.- 30 anos

Nesta linha de pensamento é muito curioso analisar as respostas que são dadas à questão da estigmatização dos beneficiários. Todos eles foram questionados quanto a uma possível discriminação pelo facto de serem beneficiários da prestação. Segundo o estudo realizado por Eduardo Rodrigues no seu livro *Escassos Caminhos: Os processos de Imobilização social dos beneficiários de RSI* os inquiridos que classificam a medida como algo positivo são aqueles que não se sentem incomodados com o conhecimento público da sua situação. Da mesma forma, estes utentes veem na medida algo que os ajudou num período de tempo difícil e nunca perderam de vista o seu objetivo de inserção profissional. Citando ainda Eduardo Rodrigues: *Outro aspeto inerente à estigmatização é a capacidade que este conceito tem de dificultar uma perspetiva de mudança de condição por parte dos indivíduos.* (Rodrigues, Eduardo, 2010:227). Quanto mais os indivíduos se sentem estigmatizados maior é a sua dificuldade em projetar a sua integração. Ao invés, aqueles que mantêm uma procura efetiva de emprego são os que menos sentem o peso da exclusão e entendem o Rendimento com o propósito para o qual foi criado.

*E. -Alguma vez se sentiu discriminada por ser beneficiária?*

*M.- Não. Nunca.*

*E.- Mas alguma vez teve vergonha de o dizer?*

*M.- Não. Precisava!...*

M. - 30 anos

*E.- Alguma vez se sentiu discriminada por ser beneficiária do Rendimento Social de Inserção?*

*I.M. - Não. (...) Nem nunca senti vergonha. Vergonha é a gente roubar, não lutar. Eu como não contava viver toda a vida do Rendimento. Era mesmo uma ajuda e eu na altura estava a precisar de ajuda, que eu agradeço... agradeço por me terem ajudado.*

I.M. - 43 anos

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo pretende dar a conhecer algumas trajetórias de vida de alguns beneficiários da Prestação de Rendimento Social de Inserção e qual o impacto que o mesmo alcançou nas suas vidas para a consecução da sua autonomização. Esta política social que pretende ser uma medida inclusiva tem revelado aspetos fortes, mas também algumas fragilidades que importa aqui fazer referência para que possamos compreender o fenómeno da exclusão e da pobreza.

Quando caracterizamos esta medida, estamos a considerar em primeiro lugar o seu carácter pecuniário que pretende equilibrar o orçamento familiar ou a garantir, pelo menos, o acesso a condições mínimas de bem-estar. Nomeamos igualmente um Programa de Inserção que incide sobre várias áreas para a inclusão do indivíduo na sociedade onde vive, fornecendo-lhe mecanismos e capacidades para se autonomizar e, posteriormente tentar o acesso ao mercado de trabalho, alcançando uma integração social plena. São dois aspetos fortes que consolidam a prestação e que permite, desde logo, antever um amortecimento de exclusão e pobreza severa.

Relativamente às suas fragilidades, é necessário clarificar que o valor da prestação varia consoante o agregado familiar e consoante os rendimentos que são contabilizados para efeitos de cálculo (prestações sociais inclusive). Mesmo um agregado que seja considerado de baixos rendimentos, pode não ter direito a usufruir da prestação RSI, quando feita a dedução de todos os parâmetros tidos em conta. São os fatores a que Carlos Farinha Rodrigues chama de “*non-take-up*” e que deixa de parte uma elevada taxa de potenciais beneficiários. Isto torna-se uma fragilidade da estruturação da medida e igualmente importante o seu debate. Uma outra fragilidade passa pelo abrangimento de indivíduos que deviam integrar uma outra medida, pois nesta não será possível alcançar o fim para o qual se destina o trabalho dos técnicos. Falamos aqui de idosos que auferem pensões extremamente baixas e que esperam pelo direito à sua reforma, de pessoas com problemas de saúde, toxicodependentes ou alcoólicos, entre outros, que possivelmente não se tornarão autónomos economicamente e não conseguirão sair da medida e ingressar no mercado de trabalho, pois são pessoas que não possuem os mecanismos e capacidades necessárias

para o ingressar, pelo que muitas destas pessoas não têm sequer capacidade para reivindicar os seus direitos.

Desta forma, podemos considerar o conceito “ paliativo” do RSI (Rodrigues, Eduardo, 2010: 248) que elucida a necessidade de formular políticas sociais mais eficazes e, desta forma, antever fenómenos e consequências desses fenómenos. Ao mesmo tempo deveria ser feita uma intervenção a montante desses problemas, nos fatores que originam e fortalecem esses mesmos problemas. *O caráter estrutural das políticas sociais deve ser propiciador de uma intervenção nos fatores de vulnerabilização social, quer dizer, no conjunto de fatores que cumulativamente, compassadamente, mas de forma irreversível, tendem a debilitar, a vulnerabilizar e a tornar dependentes os sujeitos em questão. Intervindo a montante dos problemas, numa lógica proativa, podemos evitar uma intervenção subsequente numa lógica paliativa ou reativa.* (Rodrigues, Eduardo,2010:250)

Apesar desta valência paliativa resultante do seu caráter pecuniário, o Rendimento Social de Inserção mobiliza recursos para resolução de alguns fatores de vulnerabilização social que afetam o agregado e estabelece um contrato social que visa a sua autonomização. Para isso são delineadas ações que impliquem não só a disponibilidade para o trabalho, mas outras formas de integração social desde que sejam uma mais-valia para a autonomia do agregado, onde estrategicamente se envolvem os beneficiários na consecução deste objetivo.

É aqui que entram em cena os entrevistados que deram voz a este estudo e que possibilitaram a concretização do mesmo. Para todos eles, na negociação do seu Programa de Inserção, contratualizou-se a ação *Integração em mercado de trabalho* e daí que todos eles estivessem realmente empenhados em fazer jus à ação contratualizada. Com fortes hábitos de trabalho enraizados e com procura efetiva de emprego, a prestação surge como um trampolim para a sua autonomização. Embora com outras problemáticas associadas, mencionam o desemprego como a principal e concentram as suas prioridades em torno da esfera profissional. A prestação apenas lhes restituiu a capacidade e disponibilidade para encontrarem um trabalho. Mesmo aqueles que permaneceram na medida mais tempo, nunca deixaram de investir nessa procura.

Esta última premissa não deixa que nenhum deles se sinta vítima de *vergonha social*, considerando o Rendimento como uma poderosa ferramenta no suprimento de necessidades básicas.

Finalmente uma nota para o facto de todos estes processos terem sido acompanhados pela Equipa de Protocolo da Cáritas de Coimbra e que de alguma forma fez a diferença na vida destes beneficiários. Não só pelo acompanhamento sistemático que a Equipa pode proporcionar, disponibilizando meios e recursos para o fazer, mas principalmente pela forma como os próprios descreveram o acolhimento e a disponibilidade característica da Equipa. A relação de confiança e respeito mútuo que se criou, apesar de cumprir rigorosamente uma ética profissional, traz mais-valias para uma intervenção familiar plena. A Equipa preza por um atendimento imparcial, sem juízos de valor e personalizado o que, a médio longo prazo, cria laços que consolidam os compromissos necessários ao cumprimento dos objetivos da medida do Rendimento Social de Inserção. Resta acrescentar que a Equipa desenvolve parcerias com outras entidades e com outras Equipas existentes na Cáritas, como o Centro de Apoio Social, que se têm revelado de importância crucial para a concretização dos Planos de Desenvolvimento Individual criados e desenvolvidos para cada membro dos agregados em acompanhamento. É com esta grande aposta que a Equipa pretende dar continuidade e melhorar o trabalho desenvolvido com as famílias.

*Às vezes ter alguém com quem podemos conversar, que nos ouve e que sabemos que não vão utilizar aquelas palavras contra nós, é muito bom.*

I.M. - 43 anos